

25 de setembro de 1987

UM NÚCLEO DE ESTUDOS SOBRE EDUCAÇÃO SUPERIOR E POLÍTICA  
CIENTÍFICA

Simon Schwartzman

1. O Brasil se ressentia de um lugar onde questões relativas ao ensino superior e à política de desenvolvimento científico e tecnológico sejam tratadas de forma moderna, independente, aberta, comparativa, competente e interdisciplinar. Em sua falta, estas questões terminam sendo tratadas de forma convencional, repetitiva, e sem relação efetiva com as novas realidades do ensino superior e da pesquisa científica no país e no resto do mundo. O objetivo deste texto é sugerir algumas idéias preliminares de que poderia vir a ser um núcleo como este, e alguns passos iniciais para sua implantação.

2. As discussões recorrentes sobre estes temas no Brasil se caracterizam, geralmente, pelo seu arcaísmo. Fala-se da Universidade com "U" maiúsculo, uma entidade idealizada e pouco definida, cuja noção traz implícitas, em geral, as ideais das universidades clássicas do passado, ou das universidades de elite da Europa ou dos Estados Unidos. Não é que estas ideais não devam ser levados em conta. Mas o ensino superior moderno é hoje, em todo mundo, um sistema altamente complexo e diferenciado de educação de massas, com interações de todo o tipo com o meio exterior, seja através dos estudantes que entram, como dos profissionais que se formam, como, ainda, dos serviços que presta, e dos empregos que proporciona.

O mesmo arcaísmo se dá em relação aos problemas da pesquisa, onde as questões são postas geralmente de forma dicotômica e simplificada. Discute-se se "a Universidade" deve ou não associar o ensino à pesquisa, se a pesquisa deve ser pura ou aplicada, brasileira ou internacional. A defesa da "pesquisa-pura" dificilmente toma em conta a natureza do trabalho científico no mundo moderno, crescentemente diferenciado por área de conhecimento e interligado com a tecnologia em todos os seus aspectos; a defesa da "pesquisa aplicada" é frequentemente ingênua em sua crença nos poderes da tecnologia, e deixar de levar em conta os vínculos profundos entre a pesquisa e o sistema educacional, por um lado, e os mecanismos de mercado por outro.

3. Tratar estas questões de forma independente significa, basicamente, não estar comprometido a priori com algum dos diversos grupos de interesse que polarizam o ambiente do ensino superior e da pesquisa científica no país. Proprietários de escolas, funcionários do ministério, associações de docen-

tes, partidos e movimentos políticos, sociedades científicas, estudantes, grupos profissionais organizados, Igreja, empresas de alta tecnologia, todos estes e outros setores têm suas reivindicações, que são frequentemente apresentadas como modelos alternativos irredutíveis de como "a Universidade" deve ser. Não se trata, evidentemente, de propor uma postura neutra em relação a estas questões. Trata-se, isto sim, de proporcionar um contexto em que elas possam ser postas e examinadas naquilo que elas são, ou seja, como visões parciais e particularizadas, que devem encontrar formas adequadas de se conhecer e, eventualmente, coexistir. Uma independência total é tão impossível quanto a neutralidade valorativa. No entanto, o ambiente universitário, em contraste com a burocracia ministerial ou as associações classistas, é ainda o melhor lugar para assegurar a abertura de pontos de vista e a necessária independência.

5. A abertura se refere, essencialmente à necessidade de que a comunidade universitária e científica deixe de olhar tanto para o próprio umbigo e comece a olhar em volta. Os temas que têm mobilizado as discussões - ensino público ou privado, formas de participação e auto-governo, relações ensino-pesquisa, diferenciação ou isonomia - todos eles se caracterizam por ser internos ao sistema de ensino e de pesquisa. Sem deixar de lado estas questões, seria importante trazer para a pauta de discussões outros setores diretamente afetados pelo sistema de ensino superior, mas que são geralmente ignorados nestes debates. De que maneira o ensino superior está formando professores e especialistas para o ensino médio e primário? Que tipos de demanda por educação existe na sociedade moderna, e nas diversas partes do Brasil (educação de jovens, de adultos, contínua, genérica, humanística, especializada), e como ela está sendo atendida? Que formas diferentes existem, ou podem existir, de interação entre instituições de ensino superior e a comunidade? Como se dá o relacionamento com empresas, na prestação de serviços, na formação de profissionais? Como tem sido a negociação por recursos para o ensino superior nos órgãos governamentais, quem apóia, quem não, quais são as limitações existentes?

6. Ligado ao fechamento dos debates brasileiros sobre o ensino superior e a pesquisa científica está seu provincianismo. O mundo todo discute, hoje, seus sistemas de ensino superior, suas políticas de pesquisa científica e tecnológica, experiências são avaliadas, caminhos falsos são identificados, sucessos e fracassos ocorrem por toda a parte. A visão comparativa é o melhor substituto que temos para a experimentação no campo dos fenômenos sociais. Ela requer, no entanto, um esforço sistemático neste sentido, dado o isolamento internacional em que normalmente vivemos.

7. Existe hoje uma competência específica no trato das questões de ensino superior e pesquisa científica e tecnológica, consubstanciado em revistas especializadas, programas acadêmicos e governamentais de pesquisa, reuniões de especialistas em congressos internacionais, e um corpo crescente de conhecimentos que se acumulam. O trato destas questões não se acomoda com facilidade nos departamentos acadêmicos convencionais, dada a complexidade de pontos de vista com que elas são abordadas: aspectos educacionais, institucionais, históricos, políticos, além daqueles relativos às diversas áreas de especialização. O conhecimento que se desenvolve sobre estas questões é, assim, necessariamente interdisciplinar com ênfase nas ciências sociais básicas, requerendo por isto mesmo especial cuidado em sua implantação, dada a frequente fragilidade da maioria dos empreendimentos interdisciplinares construídos sem uma base disciplinar bem constituída.

8. A interdisciplinaridade é também importante por uma outra razão. Um núcleo de estudos sobre ensino superior e política científica tem que ter condições de dialogar e incorporar contribuições de todos os setores que fazem parte da comunidade acadêmica e científica. Ele não pode, simplesmente, gerar conhecimentos, mas deve poder contribuir para elevar o nível geral de consciência e problematização a respeito das questões de que trata, e que são de interesse imediato de toda a comunidade universitária. Seu fechamento em um departamento acadêmico, ou, pior ainda, em um nicho burocrático ou governamental, além de prejudicar a qualidade do conhecimento produzido, frustraria seriamente este propósito intelectual e cultural mais amplo.

## UMA PROPOSTA DE TRABALHO PARA 1988

O objetivo desta proposta é propor uma série de atividades para o primeiro semestre de 1988 que tivesse por objetivo aprofundar o exame das condições necessárias para a implantação do núcleo na Universidade de São Paulo no segundo semestre de 1988.

Par X  
Acredito que, para que este projeto seja realizado, três condições principais são requeridas. A primeira é que seja possível desenvolver, na comunidade acadêmica ligada à Universidade de São Paulo, a convicção de que se trata de um projeto intelectualmente significativo e competente. O instrumento isto seria a realização, ao longo do primeiro semestre de 1988, de uma série de seminários de discussão sobre os temas que constituiriam o centro de interesse do futuro núcleo. Estes seminários também serviriam para ir identificando um pequeno conjunto de pessoas que pudessem, mais adiante, formar o corpo permanente do núcleo. A segunda condição é, precisamente, a de que o núcleo tenha um pequeno corpo central de pesquisadores e professores que se dediquem a ele como atividade principal, e a partir dos quais outras competências dispersas na universidade e fora dela possam ser chamadas para cooperar em atividades específicas.

A terceira coisa requerida é a identificação de um lugar apropriado para o núcleo que se propõe. Por uma parte, seria interessante que ele estivesse localizado de tal forma que sua atividade pudesse alcançar toda a universidade - como, por exemplo, o Instituto de Estudos Avançados; por outra, ele deveria estar vinculado ao departamento ou setor acadêmico mais próximo da identidade disciplinar da maioria de seus membros - as possibilidades mais óbvias são os departamentos de ciências sociais, educação, ~~Te~~ a Faculdade de Economia e Administração. X

Para o primeiro semestre de 1987, eu me proporia a viajar com regularidade para São Paulo para, em colaboração com Eunice Durham, organizar uma série de seminários sobre temas relacionados ao ensino superior e a política científica, e aprofundar os contatos e discussões tendo em vista a viabilização do projeto do núcleo. O próprio projeto do núcleo seria então especificado (atividades de pesquisa, seminários, publicações, documentação básica, pesquisadores visitantes, formas e alternativas de financiamento).

Os seminários deverão ter por base um apresentador convidado, da USP ou não, que tenha um conhecimento específico sobre o tema em questão, por experiência direta ou estudos especializados. A idéia seria que houvesse um grupo de pessoas que assistisse a todos os seminários, dando-lhes assim uma continuidade, além, evidentemente, dos que se interessassem por um ou outro tema específico. Com um seminário cada duas semanas a partir de março, isto daria um total de 8 ou nove

encontros. O custo requerido é o das passagens aéreas Rio-S. Paulo, custos de estadia em São Paulo, uma infraestrutura administrativa mínima para a organização dos seminários, convites, etc., recursos para gastos de eventuais convidados, e remuneração profissional.

### TEMARIO PRELIMINAR PARA OS SEMINARIOS

A idéia básica é que cada seminário tenha como referência um ou mais experiências concretas, a análise de dados reais, etc. Temas possíveis seriam os seguintes:

1. O ensino superior no Brasil como fenômeno de massas. Públicos alternativos, formas de atendimento, projeções de demanda, comparações internacionais. (W.B.)

GR → 2. Possibilidades e dificuldades do planejamento da pesquisa científica em campos específicos (biotecnologia, química fina). Demandas internas e externas; o papel das agências de fomento e do PADCT. (Camus novel)

3. Relação universidade-comunidade. Formas alternativas de extensão - serviços, cursos, pesquisa-ação. Experiências das universidades comunitárias do Sul (Ijuí, Caxias); instituições religiosas (católicas, protestantes, etc.)

GR 4. Relação universidade-indústria - experiências, mecanismos de controle e influência recíprocos, dificuldades e vantagens.

5. Formas alternativas de governo universitário. Avaliação dos sistemas de eleição direta; experiências internacionais.

6. A formação do professor de ensino básico e de nível secundário nas universidades. Características, problemas, impacto no conteúdo qualidade do ensino. (Guimarães)

7. O ensino privado - formas alternativas de organização e controle, públicos, qualidade e diferenciação.

8. Políticas de avaliação e auto-avaliação: a experiência da USP e UFRJ, o papel do Ministério da Educação, do CFE e de Comissões de especialistas.